política

Relator vê economia de R$ 124 milhões com reestruturação

Redução de pastas na gestão Zucco pode diminuir em cerca de 30% os CCs

contas públicas

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

FERNANDO GOMES/ALRS/DIVULGAÇÃO/JC



Branchieri terá parecer do orçamento votado amanhã na Comissão de Finanças

O relator do orçamento gaúcho para 2027, deputado Claudio Branchieri (PL), estimou uma redução de gastos de até R$ 124 milhões a partir da reestruturação do secretariado proposta pelo governo eleito de Luciano Zucco (PL). Branchieri é o principal cotado para assumir a Secretaria da Fazenda na futura gestão do Piratini.

Conforme o deputado, cerca de 30% dos cargos em comissão devem ser reduzidos. Eles não serão extintos, ou seja, há a possibilidade de o próximo governo nomear profissionais para atuar nestes cargos existentes hoje, mas a gestão de Zucco pretende iniciar os trabalhos com esta redução de quase um terço dos CCs.

Em relação ao orçamento para 2027, a Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle analisará e votará um parecer de Branchieri que eleva em R$ 2,6 bilhões o déficit primário em relação à Lei Orçamentária apresentada pelo atual governo, de Eduardo Leite (PSD). O Piratini estimou rombo de R$ 4,87 bilhões no ano que vem, enquanto o relator apontou para déficit de R$ 7,6 bilhões.

A principal justificativa para elevação da projeção de déficit se dá por incertezas quanto à disponibilidade de recursos para o governo do Rio Grande do Sul aderir, na metade do ano que vem, ao novo programa de renegociação das dívidas dos estados, o Propag.

Na COP31, RS destaca integração para segurança hídrica

/ GOVERNO DO ESTADO

A integração entre o monitoramento dos rios e das chuvas, a gestão dos recursos hídricos e o planejamento territorial foram o foco da participação do Rio Grande do Sul, ontem, na COP31, em Antália, na Turquia. A secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura, Isa Carla Osterkamp, apresentou a experiência gaúcha no painel "Segurança hídrica diante de secas e chuvas extremas: monitoramento, planejamento e adaptação climática", com destaque para a transformação de informações técnicas em decisões e medidas de proteção à população.

Organizado pelo Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), o debate teve moderação do governador mineiro, Mateus Simões, e contou com a participação do pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Jean Pierre Ometto, que é vice-coordenador da Rede Clima e coordenador do AdaptaBrasil.

As estiagens recorrentes e as inundações de 2024 orientaram a contribuição gaúcha ao debate. Em sua fala, Isa destacou que essas experiências reforçaram a necessidade de tratar conjuntamente os riscos associados à falta e ao excesso de água, considerando os impactos sobre o abastecimento público, a infraestrutura, a saúde e a continuidade dos serviços essenciais.

Entre os instrumentos apresentados, a plataforma ClimaRS, desenvolvida pelo governo gaúcho, também integra esse conjunto de ferramentas, ampliando o acesso a informações meteorológicas e hidrológicas.

A abordagem apresentada também destacou que a disponibilidade de dados precisa estar acompanhada de análise, comunicação de riscos e protocolos de atuação. Para que o monitoramento resulte em ações preventivas, é necessário fortalecer a articulação entre as instituições e a capacidade dos municípios de interpretar e utilizar as informações.

O planejamento por bacias hidrográficas foi outro ponto central da participação. Como os efeitos das secas e das inundações ultrapassam os limites municipais, a segurança hídrica depende de decisões coordenadas sobre os usos da água, a ocupação do território e a proteção dos ecossistemas.

Nesse contexto, instrumentos como o Plano Estadual de Recursos Hídricos, os planos de bacia e o Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (Siout) devem dialogar com os planos diretores municipais, as políticas de saneamento e drenagem urbana e as estratégias de adaptação climática. A proteção e a recuperação ambiental, incluindo soluções baseadas na natureza, também contribuem para a regulação hídrica e a redução dos riscos.

/ CORREÇÃO

Diferentemente do que foi publicado na edição de ontem, na página 15, a Chefia de Gabinete do governador e a Secretaria Executiva Particular do governador não têm status de secretarias de governo.

Pedido de licença do vereador Giovane Byl deve ser votado hoje

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

O vereador Giovane Byl (Podemos), preso preventivamente por envolvimento no desvio de emendas destinadas à saúde de Porto Alegre, fez um pedido de licença por interesse particular do seu mandato no Legislativo. A solicitação deve ser votada novamente na sessão de hoje.

O requerimento de licença foi lido em plenário na sessão de segunda-feira e aprovado por votação simbólica juntamente com outros requerimentos. Posteriormente, um grupo de vereadores solicitou a verificação nominal da votação.

Na sessão desta quarta-feira o pedido será votado novamente de forma nominal, ou seja, cada voto será registrado no painel com o nome do vereador.

Desde a prisão de Byl, no dia 18 de setembro, o parlamentar vem acumulando faltas e a Câmara tem seguido os trabalhos com um vereador a menos, isso porque a ordem de prisão preventiva não retirou o mandato de vereador do investigado.

Até a última quarta-feira a Casa também seguia sem o vice-presidente da Mesa Diretora. No dia 6 de novembro chegou ao Legislativo o pedido de Byl para renúncia do cargo, com isso o seu colega de partido, Hamilton Sossmeier, foi eleito o novo vice-presidente.

O regimento interno do Legislativo de Porto Alegre não trata especificamente do caso de prisão de algum vereador, o que também dificulta o processo de suspensão ou cassação do mandato. A perda de mandato por número de faltas, segundo o regimento, só acontece quando o vereador faltar a 1/3 das sessões ordinárias. No entanto, a contagem reinicia a cada ano, por isso é improvável que a medida se aplique a Byl.

De acordo com a Diretoria Legislativa da Casa, o vereador investigado não vem recebendo salário desde a sua prisão. Entretanto, no Portal de Transparência da Câmara consta que o vereador recebeu mais de R$18 mil líquidos em setembro, mês em que a prisão foi efetuada, e mais de R$20 mil em outubro.

Giovane Byl também deve ser investigado pela Comissão de Ética da Câmara. O vereador Erick Dênil será o relator do caso e os trabalhos de investigação devem iniciar em dezembro. O pedido de licença não interfere nas apurações pela Comissão.

Relembre o caso

- No dia 18 de setembro, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) deflagrou a Operação Cinesia, que investiga o desvio de mais de R$2 milhões em emendas impositivas destinadas ao Fundo Municipal de Saúde de Porto Alegre. Giovane Byl e outras pessoas relacionadas ao caso estão sendo investigadas.
- No dia 22 de setembro, Byl e outras nove pessoas envolvidas foram denunciadas pelo Ministério Público por peculato e associação criminosa. Um dia depois, em 23 de setembro, a Justiça negou o pedido de soltura do vereador. Ele segue preso na Penitenciária Estadual de Canoas (Pecan).
- O advogado do vereador investigado, Guilherme Abrão, aponta que a defesa está aguardando o julgamento do habeas corpus de Byl no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). "Estamos aguardando, pode ser que o julgamento saia no final de novembro."
- Segundo a investigação do MPRS, o esquema começava com o repasse de recursos públicos para uma Organização da Sociedade Civil (OSC), destinados à execução de projetos na área da saúde financiados por emendas parlamentares.
- Os valores eram depositados em contas específicas para a realização dos projetos, mas, de acordo com o MPRS, a maior parte do dinheiro era posteriormente transferida para uma conta de livre movimentação da própria entidade. A partir dessa conta, os recursos teriam sido distribuídos entre empresas, dirigentes da organização, agentes públicos e outras pessoas ligadas ao grupo investigado.